

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Informações Trimestrais - ITR em
30 de junho de 2021

Conteúdo

Comentário de desempenho	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais - ITR	12

Comentário de desempenho

1. Principais acontecimentos no período

(a) Pagamento de debêntures

Em maio de 2021, a Companhia efetuou o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures no valor de R\$ 75.460 mil de principal e R\$ 1.542 mil de juros.

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no período findo em 30 de junho de 2021 e 2020 foi de 100%.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

A Companhia recebeu o valor total de R\$ 47.000 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

2. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das informações trimestrais – ITR da Companhia e com as conclusões expressas no relatório sobre a revisão das informações trimestrais – ITR para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2021.

3. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação de serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto..

Outros Assuntos – Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 junho de 2020 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses do trimestre findo em 30 de junho de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de agosto de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2021 e dezembro de 2020

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.944	6.928
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	35.831	32.554
Concessionárias e permissionárias	10	5.067	5.277
Ativo de contrato	11	33.515	32.918
Impostos e contribuições a recuperar		1.300	1.030
Outros ativos		7.637	6.317
Total do ativo circulante		85.294	85.024
Ativo de contrato	11	187.262	187.788
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	-	21.527
Total do realizável a longo prazo		187.262	209.315
Imobilizado e Intangível		1.214	1.220
Total do imobilizado + intangível		1.214	1.220
Total do ativo não circulante		188.476	210.535
Total do ativo		273.770	295.559
Fornecedores		1.662	1.024
Debêntures	12	-	22.397
Impostos e contribuições a recolher	13	1.243	1.151
PIS e COFINS Diferidos	14	1.131	1.110
Dividendos a pagar	17 (c)	38.606	19.302
Encargos setoriais		758	1.218
Total do passivo circulante		43.400	46.202
Debêntures	12	-	56.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		47.000	-
PIS e COFINS Diferidos	14	6.642	6.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	24.021	24.013
Provisões		319	349
Total do passivo não circulante		77.982	87.082
Total dos passivos		121.382	133.284
Capital social	17 (a)	76.281	76.281
Reserva de lucros	17 (b)	66.692	85.994
Lucro líquido do período		9.415	-
Total do patrimônio líquido		152.388	162.275
Total do passivo e patrimônio líquido		273.770	295.559

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

	Nota	3 meses findos		6 meses findos	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional líquida	19	11.951	16.160	23.903	32.217
Serviços de terceiros	20 (a)	(1.114)	(1.075)	(2.002)	(1.622)
Outros		(74)	(55)	(143)	(131)
Custos operacionais		(1.188)	(1.130)	(2.145)	(1.753)
Lucro bruto		10.763	15.030	21.758	30.464
Serviços de terceiros	20 (b)	(603)	(118)	(738)	(215)
Outros		(1)	(4)	(1)	(16)
Despesas operacionais		(604)	(123)	(739)	(231)
Resultado antes das despesas financeiras		10.158	14.908	21.019	30.233
Receitas financeiras		341	341	622	781
Despesas financeiras		(7.638)	(1.254)	(11.354)	(4.407)
Despesas financeiras líquidas	21	(7.299)	(913)	(10.732)	(3.626)
Resultado antes dos impostos		2.862	13.995	10.287	26.607
Corrente		(435)	(666)	(864)	(1.189)
Diferido		(4)	34	(8)	67
Imposto de renda e contribuição social	22	(439)	(632)	(872)	(1.122)
Lucro líquido do período		2.422	13.363	9.415	25.485
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	18	0,03	0,18	0,12	0,33

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do período	2.422	13.363	9.415	25.485
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	2.422	13.363	9.415	25.485

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
			Legal	Dividendo retido	Dividendo adicional	Retenção de lucros	Lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		76.281	14.298	1.161	9.608	-	40.667	-	142.015
Lucro líquido do período	18	-	-	-	-	-	-	25.485	25.485
Saldo em 30 de junho de 2020		76.281	14.298	1.161	9.608	-	40.667	25.485	167.500
Saldo em 31 de dezembro de 2020		76.281	15.256	1.161	19.302	9.608	40.667	-	162.275
Dividendo adicional proposto	17 (b)	-	-	-	(19.302)	-	-	-	(19.302)
Lucro líquido do período	18	-	-	-	-	-	-	9.415	9.415
Saldo em 30 de junho de 2021		76.281	15.256	1.161	-	9.608	40.667	9.415	152.388

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	18	9.415	25.485
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		(8)	(67)
- PIS e COFINS diferidos		57	26
- Juros, correção monetária e custos sobre financiamentos		6.152	4.004
- Remuneração do ativo de contrato	11	(16.232)	(16.196)
		(616)	13.252
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(3.277)	(10.744)
- Concessionárias e permissionárias		210	966
- Ativo de contrato	11	16.161	15.582
- Impostos e contribuições a recuperar		(270)	(212)
- Outros ativos		(1.320)	(4.179)
- Fornecedores		638	228
- Impostos e contribuições a recolher		92	112
- Encargos setoriais		(460)	(59)
- Outros passivos		(126)	9
- Debêntures - pagamento de juros	12	(2.901)	(3.241)
		8.131	11.714
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	21.527	(279)
Imobilizado e intangível		6	(14)
		21.533	(293)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado) nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	23 (b)	47.000	-
Pagamento de dividendos	17 (c)	-	(4.805)
Debêntures - prêmio antecipado	12	(4.643)	-
Debêntures - pagamento de principal	12	(77.005)	(6.618)
		(34.648)	(11.423)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento			
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.928	55
		1.944	53
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho			

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas (1)		25.764	34.584
Remuneração do ativo de contrato	19	17.955	27.054
Operação e manutenção do ativo de contrato	19	7.808	7.530
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(3.876)	(1.984)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.732)	(1.752)
Despesas gerais, administrativas e outros		(143)	(232)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		21.888	32.600
Depreciação e amortização (4)		-	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		21.888	32.600
Valor adicionado recebido em transferência (6)		622	781
Receitas financeiras	21	622	781
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		22.510	33.381
Distribuição do valor adicionado		22.510	33.381
Impostos, taxas e contribuições		1.741	3.489
Juros	21	11.354	4.407
Lucros líquido do período		9.415	25.485

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	13
2.	Base de preparação	14
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	14
4.	Uso de estimativas e julgamentos	14
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	15
6.	Sazonalidade	15
7.	Principais políticas contábeis	15
Ativos		
8.	Caixa e equivalentes de caixa	15
9.	Títulos e valores mobiliários	15
10.	Concessionárias e permissionárias	16
11.	Ativo de contrato	16
Passivos e Patrimônio Líquido		
12.	Debêntures	17
13.	Impostos e contribuições a recolher	17
14.	PIS e COFINS diferidos	18
15.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18
16.	Provisão e passivos contingentes	18
17.	Patrimônio líquido	19
Desempenho do ano		
18.	Lucro básico e diluído por ação	20
19.	Receita operacional líquida	20
20.	Serviços de terceiros	21
21.	Despesas financeiras líquidas	21
Tributos sobre o lucro		
22.	Imposto de renda e contribuição social	22
Outras informações		
23.	Transações com partes relacionadas	22
24.	Gestão de riscos financeiros	22
25.	Cobertura de seguros	25
26.	Coronavírus (COVID-19)	25
27.	Evento Subsequente	27

1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em 31 de dezembro de 2020 a Celeo Redes possuía 100% de participação na Companhia.

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões S.A. ("Celeo Expansões").

Em 30 de junho de 2021 a Celeo Expansões possui 100% de participação na Companhia.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2020-2021 em R\$ 51.383 (R\$ 67.943 para o ciclo 2019-2020). Uma redução quando comparado ao ciclo anterior devido ao impacto da redução de 50% da RAP conforme contrato de concessão.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações trimestrais - ITR foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A apresentação destas informações trimestrais - ITR foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de informações trimestrais - ITR.

A emissão destas informações trimestrais - ITR foi autorizada pela diretoria em 10 de agosto de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais - ITR estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais - ITR, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Nota explicativa 11 - Ativo de contrato

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

5 Base de mensuração

As informações trimestrais - ITR foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Principais políticas contábeis

As práticas e os critérios contábeis adotados na preparação destas informações trimestrais - ITR, estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente, informamos que estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas sem a reinserção de algumas notas explicativas, que já foram divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		30/06/2021	31/12/2020
Caixa e conta corrente		71	39
Operações compromissadas	(a)	1.873	1.000
CDB	(b)	-	5.853
Outras		-	36
		1.944	6.928

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 56% do DI com vencimento em julho de 2021.
- (b) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. Em maio de 2021 foi realizado o resgate da aplicação para o pagamento antecipado das debêntures.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98% em 2020) do DI com vencimento entre março de 2022 e junho de 2022.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos nas contas denominadas (i) "conta reserva de amortização", o montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida; (ii) "conta reserva de operação e manutenção", o montante equivalente ao custo operacional da Companhia relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional durante os 3 (três) meses antecedentes; e (iii) "conta de complementação de ICSD" no caso de não atingimento do índice estipulado na escritura dessas debêntures. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia cumpriu com o estipulado na escritura das debêntures.

Em 12 de maio de 2021 a totalidade desses recursos aplicados, foi destinada ao resgate antecipado das debêntures.

10 Concessionárias e permissionárias

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	4.505	4.697
Até 3 meses	14	3
Acima de 3 meses	548	577
	5.067	5.277

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui provisão para perdas esperadas de créditos.

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	220.706	220.024
Remuneração do ativo de contrato	8.115	8.092
Recebimentos	(8.081)	(7.791)
Em 31 de março de 2021 e 2020	220.740	220.325
Remuneração do ativo de contrato	8.117	8.104
Recebimentos	(8.080)	(7.791)
Em 30 de junho de 2021 e 2020	220.777	220.638

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	33.515	32.918
Não circulante	187.262	187.788
	220.777	220.706

12 Debêntures

Debêntures	(a)	80.049	89.779
Custo de transação	(b)	(1.652)	(2.217)
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019		78.397	87.562
Juros		3.310	2.967
Amortização - principal		(6.189)	(3.307)
Amortização - juros		(1.542)	(1.702)
Amortização - custo de transação		141	141
Debêntures		75.628	87.736
Custo de transação		(1.511)	(2.076)
Em 31 de março de 2021 e 2020		74.117	85.660
Juros		1.191	752
Amortização - principal		(70.817)	(3.311)
Amortização - juros		(1.359)	(1.539)
Prêmio antecipado		(4.643)	-
Amortização - custo de transação		1.511	144
Debêntures		-	83.638
Custo de transação		-	(1.932)
Em 30 de junho de 2021 e 2020		-	81.706

- (a) No dia 11 de novembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 220.000 e foram destinados à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora.

Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último foi realizado 12 de maio de 2021 por meio do resgate antecipado da totalidade das debêntures.

- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. Devido ao resgate antecipado da totalidade das debêntures, todo saldo de custo de transação foi apropriado em 2021.

13 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda	276	305
Contribuição social	163	139
Outros	804	707
	1.243	1.151

14 PIS e COFINS diferidos

	30/06/2021	31/12/2020
PIS	1.384	1.393
COFINS	6.389	6.437
	7.773	7.830

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	1.131	1.110
Não circulante	6.642	6.720
	7.773	7.830

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda	17.662	17.657
Contribuição social	6.359	6.356
	24.021	24.013

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato.

16 Provisão e passivos contingentes

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da aneel que inseriu novo reajuste do valor do tust (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corrés, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o valor em risco é de R\$ 136 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável.

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o valor em risco é de R\$ 611 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Fundiário

A Companhia ajuizou ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar para imissão na posse, para passagem de linha de transmissão na propriedade dos réus. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o valor em risco é de R\$ 224 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável.

(c) Tributário

A Companhia possui pedidos de compensações de débitos tributários que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o valor em risco é de R\$ 5.323, respectivamente e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 76.281 dividido em 76.281.111 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões. Em 30 de junho de 2021 todas as ações são detidas pela Celeo Expansões.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu o valor de R\$ 958 (2,4% do lucro líquido do exercício), ficando a reserva legal representando 20% do capital social.

ii. Dividendo retido e dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 19.302 e R\$ 9.608, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia pagou o valor de R\$ 1.159 e R\$ 3.512 referente ao dividendo retido e dividendo adicional proposto, respectivamente.

Os acionistas por meio da assembléia geral ordinária realizada em 26 de abril de 2021 aprovaram os dividendos adicionais propostos constituídos em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 19.302. Esse saldo foi transferido para o passivo circulante na rubrica de dividendos a pagar.

iii. **Retenção de lucros**

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 6 de abril de 2020, os acionistas destinaram o dividendo adicional proposta para a reserva de retenção de lucros o valor de R\$ 9.608.

iv. **Reserva de lucros a realizar**

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 7.2.

(c) **Dividendo mínimo obrigatório**

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. No período findo em 30 de junho de 2020a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 4.805.

18 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do período	2.422	13.363	9.415	25.485
Média ponderada das ações emitidas	76.281	76.281	76.281	76.281
	0,03	0,18	0,12	0,33

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

19 Receita operacional líquida

		3 meses findos		6 meses findos	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração do ativo de contrato	(a)	8.978	13.534	17.955	27.054
Receita de operação e manutenção		3.904	3.765	7.808	7.530
Receita bruta		12.882	17.299	25.764	34.584
PIS e COFINS correntes		(459)	(541)	(926)	(1.121)
PIS e COFINS diferidos		19	(14)	57	(26)
Encargos setoriais		(491)	(584)	(992)	(1.220)
Deduções da receita		(931)	(1.139)	(1.860)	(2.367)
		11.951	16.160	23.903	32.217

(a) A variação refere-se ao impacto da redução na RAP da Companhia conforme citado na nota explicativa 1.2.

20 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Serviço de operação e manutenção	(795)	(1.023)	(1.618)	(1.535)
Manutenção de subestação	(196)	-	(196)	-
Contrato de compartilhamento de instalação	(94)	(52)	(159)	(87)
Diversos	(29)	-	(29)	-
	(1.114)	(1.075)	(2.002)	(1.622)

(b) Despesas operacionais

	3 meses findos		6 meses findos	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Prestação de serviços administrativos	(142)	(114)	(275)	(111)
Assessoria e consultoria	(394)	-	(394)	-
Diversos	(67)	(4)	(69)	(104)
	(603)	(118)	(738)	(215)

21 Despesas financeiras líquidas

		3 meses findo		6 meses findo	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Rendimento de aplicação financeira		321	340	591	781
Outras receitas		20	-	31	-
Receitas financeiras		341	340	622	781
Juros - debêntures		(1.191)	(752)	(4.501)	(3.719)
Custo de transação - debêntures	(a)	(1.511)	(144)	(1.652)	(285)
Prêmio antecipado - debêntures	(b)	(4.643)	-	(4.643)	-
Outras despesas		(293)	(358)	(558)	(403)
Despesas financeiras		(7.638)	(1.254)	(11.354)	(4.407)
		(7.299)	(913)	(10.732)	(3.626)

- (a) Conforme nota explicativa 12, a Companhia realizou em 12 de maio de 2021 o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures. Portanto os custos de transação foram apropriados em 2021.
- (b) Conforme nota explicativa 12, a Companhia realizou em 12 de maio de 2021 o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures. Portanto houve a necessidade do pagamento de um prêmio aos debenturistas.

22 Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	17.955	17.955	27.054	27.054
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receta	1.436	2.155	2.164	3.246
Receita de O&M	7.808	7.808	7.530	7.530
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receta de O&M	625	937	602	904
Receitas financeiras	208	208	365	365
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Imposto corrente	(567)	(297)	(783)	(406)
Diferenças temporárias	2	6	18	49
Imposto diferido	2	6	18	49

23 Transações com partes relacionadas

(a) Remuneração da administração

Em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Em 11 de maio de 2021 a Companhia recebeu o valor total de R\$ 47.000 a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

24 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos períodos apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do período findo em 30 de junho de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo o período apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	2.329	1.747	1.165

* fonte: séries de estatísticas consolidadas publicadas em 30 de junho de 2021 no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI para o cenário provável (6,50%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2021.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível 2 e não houve transferências de níveis no exercício.

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 30 de junho de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 88.390 para danos materiais e R\$ 9.000 para responsabilidade civil.

26 Coronavírus (COVID-19)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde elevou o status do surto de Coronavírus (COVID19) à pandemia mundial.

No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito (inclusive a continuidade do ciclo de cortes nas taxas de juros, sustentada pelo baixo nível de inflação) e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

(b) Medidas adotadas pela Companhia

▪ Corporativas

- Elaboração de protocolos específicos para ações relacionadas ao COVID-19;
- Reuniões diárias por videoconferência envolvendo os membros do comitê de crises com acompanhamento das ações;
- Comunicação semanal orientativa e de incentivo à prevenção do COVID-19 através do canal de comunicação; e
- Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Serviço (redução e revezamento dos times que atuam na sala de controle principal e equipe de backup em isolamento e pronta para atendimento).

▪ Organizacionais

- Formação de grupos de trabalho do escritório do Rio de Janeiro e bases, envolvendo 115 colaboradores com apoio do Instituto Integrato, visando colaborar para a saúde mental dos colaboradores do Grupo Celeo;
- Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) - 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
- Disponibilização de serviço médico 24 horas por dia através da telemedicina, com acesso gratuito e ilimitado para tirar dúvidas pelo celular sobre os cuidados com a família;
- Acompanhamento das consultas pelo teleatendimento através do programa "Eu saúde" e monitoramento dos casos suspeitos; e
- Suporte emocional do RH aos colaboradores que tiveram parentes afetados pela COVID-19.

▪ **Ações externas**

- Participação nas associações setoriais (ABRATE e ABSOLAR);
- Apresentação do plano de contingência com as ações de enfrentamento do COVID-19 a agentes públicos;
- Planejamento de ações sociais para apoio aos municípios ou comunidades; e
- Ações junto às associações para manter a segurança jurídica e regulatória no cumprimento do fluxo de caixa das concessões.

(c) Impacto nas demonstrações financeiras

Os efeitos do COVID-19 não registraram impactos no resultado da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2021. Não foram percebidos impactos sobre o nível de inadimplência do contas a receber das concessionárias. Preventivamente, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- impacto nos índices de arrecadação e nos níveis de inadimplência;
- redução da taxa de juros e capacidade da Companhia para aceder ao mercado de dívida de curto e médio prazo; e
- ruptura na cadeia de fornecimento de materiais e serviços que impactem nos níveis de capex previstos para 2021.

Os possíveis impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração, a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal. Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados para o período findo em 30 de junho de 2021.

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, como a postergação do recolhimento de PIS, COFINS, FGTS e INSS.

Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes.

A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela ANEEL.

27 Evento subsequente

(a) Resolução homologatória para o ciclo 2021-2022

A Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Cachoeira Paulista para o ciclo 2021-2022 em R\$ 70.415, respectivamente. Uma aumento aproximado de 37%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

(b) Emissão de debêntures

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000 que serão destinados à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para capital de giro da Companhia. A liquidação da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

Francisco Antolin C. Padilla

Diretor

Luiz Carlos Leite

Diretor relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo

Contador
CRC-RJ 111193/O-8